

Ata da Reunião Ordinária do dia 26 de janeiro de 2026, às 17:30hs, realizada na sala do Conselho Municipal de Saúde, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em especial dos convidados Sra. Neuza Maria Barbosa, Administradora do PAM, Dr. Anderson de Melo, Superintendente dos Médicos, Sra. Elizangela Drumond, presidente da ONG Amigas do Peito e Sr. Hugo Felipe Figueira, representante dos Agentes de Combate de Endemias de Itaboraí, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após convidou a oficial administrativa Marcele Castro, para presidir os trabalhos, que iniciou com o **Item 1 - Verificação de presença e existência de “quórum” qualificado para instalação do Colegiado Pleno**, que contou com a presença de 16 (dezesesseis) conselheiros, sendo 10 (dez) titulares: Sr. Manoel Jesus; Sra. Sueli Lima, Sr. Antônio Jorge, Sr. Luciano Bragança, Sra. Érica Pires, Sra. Ana Carolinne Nogueira, Sr. Juarez Rodrigues, Sr. Pedro Reimburg, Sr. Roberto Vieira e Sra. Selma Alcantara; e 06 (seis) suplentes: Sra. Gabriela Priscila, Sr. Renato Drumond, Sra. Rosa Osório, Sr. Felipe Peçanha, Sra. Mary Madureira e Sra. Ana Clara Viegas, tendo o número de conselheiros necessários, passa para o **Item 2 - Leitura e aprovação de ata** da reunião ordinária do 15 de dezembro de 2025, o presidente pergunta se todos receberam a ata e se havia alguma dúvida, não havendo questionamentos foi colocada em votação onde foi aprovada por todos, passando para o **Item 3 – Despacho e Expediente**, o presidente perguntou se todos receberam os ofícios e e-mail e se há alguma dúvida, sem questionamentos, passa para o **Item 4 - Ordem do Dia: 4.1 – Funcionamento e rotinas do PAM com a diretora da unidade**, o presidente do conselho inicia apresentando a Sra. Neusa Maria Barbosa, diretora administrativa do PAM e pede que ela exponha a situação das filas, médicos, demanda reprimida, encaixes e etc. A Sra. Neusa Maria inicia reconhecendo que ainda há muito o que melhorar na unidade, mas que o comparativo do ano de 2024 com 2025, já existem números que comprovam essa melhora de atendimento. Existem ideias de realizar encaixes, como o exemplo de um cardiologista, que atende 30 pacientes por dia, mas como ocorrem cerca de 08 faltas, o médico aceita o encaixe de cerca de 05 pacientes, para que diminua essa demanda reprimida. Assim como ele grande parte dos médicos já aceitaram esses encaixes. Destaca que tem feito um serviço de melhor acolhimento aos pacientes, e que inclusive a convidada Sra. Elizangela Drumond, frequentadora assídua do PAM pode comprovar; que está em constante aprendizado com os gestores como o Dr. Anderson de Melo, que também atende no PAM, mas que existe alguns pontos difíceis de trabalhar como a falta sem justificativa dos pacientes que atinge de 25% a 30% das consultas marcadas, e que ela mesma através de seu telefone particular entra em contato com os pacientes para confirmar a consulta, mas ainda assim existe esse número de faltas. Quando ocorre algum imprevisto que impeça o médico de realizar o atendimento naquela data, o PAM remarca e liga para o paciente informando a nova data da consulta; em caso de atraso do horário de chegada dos médicos, os pacientes são avisados do imprevisto. Existe uma conversa com a gestão para melhorar o extra dos sábados para ampliar as especialidades médicas, pois hoje já tem ortopedista e cardiologista realizando esse atendimento, diminuindo a demanda. O Presidente do Conselho destaca o quão prejudicial é essa falta do paciente na consulta, mas que existe muita reclamação na falta de encaixe. O Dr. Anderson de Melo explica que a grande maioria dos médicos aceitam esses encaixes, mas que a dificuldade é que existe o paciente que atrasa, a consulta é marcada para 8h e ele chega as 9h30, nesse meio tempo é feito um encaixe, e gera um problema com a administração, pois não há um respeito quanto a tolerância para a chegada para atendimento. Hoje o PAM dispõe de 71 médicos e em 2025 foram agendadas 78 mil consultas, e houveram

13 mil faltas. Destaca que para uma otimização do serviço estão informatizando o PAM, fazendo o cabeamento de internet, que os aparelhos estão com data prevista para chegar, pois o Secretário já decretou a informatização do prontuário médico e da unidade, instalação de um painel de chamada para atendimento, reforça o empenho em facilitar o pagamento do extra para realizar mais consultas aos fins de semana, mas que existe um limite salarial e de vínculo dos profissionais, evidencia que a implementação da confirmação de consultas pela regulação ajudou a diminuir esse número de faltas, aponta que está sendo licitado um novo sistema onde o próprio médico fará o encaminhamento e fará a classificação desse paciente. A Conselheira Sra. Gabriela Gouveia pergunta o que está sendo feito para tentar reduzir o número de faltas. O Dr. Anderson de Melo informa que foi implementado uma central de avisos na regulação onde cerca de 5 Jovens Aprendiz ligam ou enviam mensagens para o paciente confirmando a consulta, em caso de cancelamento ele coloca outro paciente na agenda, mas ainda assim existem paciente que confirmam a consulta e ainda assim faltam no dia. O novo sistema envia automaticamente uma mensagem via WhatsApp para o paciente confirmando a consulta, e em caso de cancelamento é colocado outro paciente. A Sra. Neusa Maria destaca que a dificuldade do telefone é que há uma grade número de telefones pré-pagos, onde as pessoas trocam de número com facilidade e não atualizam no cadastro, além da dificuldade que muitas pessoas idosas enfrentam em lidar com a tecnologia. O Dr. Anderson de Melo salienta a importância do Agente Comunitário de Saúde das áreas atendidas nessa circunstância, que 35% da população que não é coberta por esse serviço. A Sra. Elizangela Drumond sugere que seja feita uma atualização cadastral na hora da marcação, ao que a Sra. Neusa Maria informa que já está sendo feito. A conselheira Sra. Gabriela Gouveia questiona se há uma demanda alta e não pode exceder o pagamento dos médicos, por que não há uma contratação de novos médicos. O Dr. Anderson de Melo explica que existe o limite orçamentário e que isso será revisto para este ano para que possa atender a necessidade atual. O conselheiro Sr. Antônio Jorge fala que estão sendo ditas as situações dos pacientes, mas que existe o lado dos médicos, que existe uma alta demanda, mas que o número de profissionais é muito pequeno em comparação a essa demanda. Outra questão que ele pede atenção é na marcação em dias de feriado, como aconteceu no dia 23 de dezembro de 2025 e nem todos os pacientes foram comunicados da remarcação. O conselheiro Sr. Roberto Vieira pergunta se um médico que atende 30 pacientes por dia e só comparecem 25, se ele cumpriu uma carga horária ou se ao término dos atendimentos ele vai embora. O Dr. Anderson de Melo explica que ao término dos atendimentos o médico vai embora. A conselheira Sra. Gabriela Gouveia pergunta se os médicos recebem por tempo de horas trabalhadas ou por número de atendimentos. O Dr. Anderson de Melo justifica que é por tempo de horas trabalhadas, mas que ao término dos atendimentos ele pode ir embora. A Sr. Gabriela Gouveia questiona se o pagamento é feito por carga horária, se o médico não deveria ficar até o fim do horário e atender a pacientes que surgirem, exemplo contratado para atender das 13h às 17h, dentro desse horário atender a agenda e eventuais encaixes. O Dr. Anderson de Melo esclarece que dessa forma se tornaria sistema de plantão. A conselheira Sra. Mary Lane acha coerente esse questionamento pois independente da função, quando o servidor é contratado pelo sistema de 20h por exemplo, essas 20h devem ser distribuídas no serviço, e o que é observado a nível de Brasil, é a dificuldade de os profissionais cumprirem essa carga horária de 20h, e já que está se pensando nessa reorganização do atendimento, como pensar nessa carga horária de atendimento. O Dr. Anderson de Melo justifica que se o atendimento ficar aberto entre o horário x a y, e aparecerem

100 pacientes para 20 vagas não haverá como efetuar todos os atendimentos. A Sra. Gabriela Gouveia, defende que bastaria um limite de encaixe diário. A Sra. Neusa Maria explica que fica inviável pois as pessoas começam a chegar cada dia mais cedo para formar fila de espera para esses encaixes, e ao não conseguirem atendimento gera confusão. O conselheiro Sr. Antônio Jorge lembra das filas que ocorriam nos postinhos para marcação de consulta, que iniciavam as 2h para, às vezes, somente duas vagas, inclusive numa das últimas reuniões surgiu a possibilidade de informatização dos postinhos, para que diminua essa dificuldade de marcações. O Dr. Anderson de Melo informa que essa informatização já está ocorrendo e que já existe um processo licitatório para um sistema que tenha o recurso de manejo e estruturação da fila de classificação dos pacientes. O conselheiro Sr. Renato Drumond questiona a dificuldade em marcar a consulta, pois quando a agenda atinge o número de pacientes do dia, a pessoa precisa retornar na semana seguinte para tentar agendamento na nova agenda, e pergunta se não haveria a possibilidade ficar com o contado dessa pessoa para em caso de desistência, ela ser atendida. A Sra. Neusa Maria diz que não é viável pois nem todos os interessados atendem as ligações, além do número de confirmação não ser tão fiel quanto as presenças no dia. O conselheiro Sr. Renato Drumond destaca a importante função que foi retirada do ACS de marcar a consulta para o paciente no PAM evitando esse deslocamento, principalmente para os idosos e pessoas com dificuldade de locomoção ou financeiras, e pergunta o que pode ser feito para mudar esse quadro. A Sra. Neusa Maria imagina que talvez ter um dia específico para marcação de consulta para idosos, mas destaca o grande número de idosos no município. O conselheiro Sr. Felipe Peçanha questiona se há algum projeto de centralização dessas marcações facilitando o acesso principalmente a pessoas idosas e, um programa de fácil manuseio para elas também. O Dr. Anderson informa que levou a proposta ao Secretário da implementação do processo que existe na cidade de Saquarema, onde existe a Central do Cidadão, onde sai com todas as marcações de forma adequada, porque inclusive o Ministério Público exige a centralização dessas marcações inclusive com um médico regulador, e que está sendo estudada a melhor forma de implementar esse sistema, retirando do PAM essas marcações, com um ambiente preparado para o volume populacional com horário de segunda a sexta para todas as especialidades e regulações municipais. O presidente Sr. Pedro Reimburg sugere se enquanto essa central não é implementada, se não poderia haver a separação da fila de marcação por especialidades dentro do PAM, a Sra. Neusa Maria destaca que tudo é bem estudado antes de fazerem uma tentativa para implementação que desde de 2025 há um cuidado principalmente com os idosos, tirando eles do tempo (sol ou chuva) onde eles aguardam sentados e quando entram permanecem sentados aguardando o atendimento em 03 guichês para pacientes acima de 60 anos e 04 guichês para menos de 60 anos. O conselheiro Sr. Renato Drumond pergunta se nas Policlínicas que foram inauguradas, que possuem bastante salas para atendimento, não poderiam ter mais especialidades de acordo com a estatística para evitar o deslocamento do indivíduo entre bairros. Pois geralmente as unidades tem clínico geral, pediatra, em alguns cardiologista e dentista. O Dr. Anderson de Melo responde que o clínico geral todas as unidades possuem pois é entendido como de necessidade geral, mas por exemplo, um cardiologista pode ser colocado em uma unidade para atender a demanda reprimida mas permanecer lá, fica ocioso, e na avaliação inicial, observou que não era necessário esse profissional em todas as unidades, então esse paciente deve se deslocar para a área central para o atendimento com o especialista e depois permanecer seu tratamento com o clínico geral da sua unidade de saúde. O que está sendo pensado é um médico itinerante,

exemplo um ortopedista que poderia atender cada semana em uma localidade para reduzir essa demanda, o que seria mais eficiente que deixá-lo em uma só unidade de saúde. O Sr. Renato Drumond questiona pelo menos um ginecologista, e o Dr. Anderson justifica que até para o PAM a ampliação do quadro de médicos em ginecologia é difícil e que não conseguiria implantar essa especialidade em todos os postos de saúde, que o atendimento inicial, o preventivo, é feito por enfermeiros e que quando este sai do padrão o paciente é então direcionado ao atendimento especializado. A conselheira Sra. Selma Alcântara destaca que a cultura no nosso país é da especialidade, que em outros países concentra-se todo o cuidado na atenção primária, trabalhando prevenção e promoção em saúde, que no nosso país primeiro buscamos o atendimento especializado para depois dar continuidade ao atendimento na rede primária, e que 70% da população tem acesso a rede primária, mas por essa questão cultural não utiliza esse atendimento em seu bairro em busca de um atendimento especializado, e que é uma questão de educação em saúde, e que o conselho deveria promover esse debate nos bairros e territórios. A Sra. Elisangela Drumond cita que hoje, com o centro universitário que é a Unilagos, poderia haver um debate sobre a necessidade dos profissionais na cidade, e da valorização destes profissionais na cidade, para tentar um estímulo aos estudantes de seguirem suas carreiras de forma a suprir a necessidades do município, pois hoje a maioria dos médicos que atendem no PAM são do Rio, o que daria ao profissional uma melhor qualidade ao não precisar se deslocar tanto para trabalhar, que a ong tem o interesse deste ano de conversar com o coordenador do curso para que estes alunos tenham acesso através de palestras e bate-papos dessa necessidade municipal, que existem médicos vindos do Rio para morar aqui e trabalhar aqui, que então existe mercado de trabalho na região. O conselheiro Sr. Antônio Jorge destaca que também é necessário atentar pela qualidade desses profissionais recém-formados, que foram divulgados os números de baixo rendimento, que devido a necessidade de profissionais, abriu-se muitas instituições, porém sem qualidade. A conselheira Sra. Mary Lane, como atuante em universidade, entende que quando se fala em processo de formação, o conselho/município pode colaborar em suas conferências com temas que são importantes para o fortalecimento da atenção básica, enquanto território, dentro dos bairros, e etc., mas que isso também está no processo de formação das universidades, dos valores que muitas vezes já vem com os alunos no que querem ganhar, o que dá mais dinheiro? A especialidade, não cobrir o território, cumprir 40 horas atendendo a comunidade em que vive, fazendo atendimento domiciliar, ficando de 8h as 17h, fazendo atividade de educação em saúde, que também tem haver com a grade curricular da faculdade, e que o conselho deve pensar o que pode fazer enquanto município, de que forma fortalecer isso, e também pensar na educação permanente das nossas equipes, conversar com esses profissionais, inclusive sobre acolhimento, e que a conferência tem esse papel também, de pensar e levantar essas questões. O conselheiro Sr. Juarez Rodrigues opina que deveriam ser implementados protocolos onde o paciente deveria ser explicado e direcionado a sua unidade de saúde, já que existe uma cobertura de 70%, e liberando esses profissionais especializados para o atendimento da real demanda, quanto a questão de falta, acontece no particular e no público, e que a única forma de diminuir essas faltas é com a comunicação com o paciente, e trabalhar com o profissional a possibilidade de marcar além da agendar normal, se há uma média de 30% de faltas, marcar além da agenda 20% a mais de paciente para cobrir essas faltas, e entender que eventualmente o número de pacientes poderá acabar sendo maior em alguns dias. O conselheiro Sr. Roberto Vieira aponta a cidade de São José dos Campos em São Paulo como um exemplo de bom funcionamento do sistema de saúde básica, onde elas possuem equipes multidisciplinares para atender a população local,

com ACS, assistente social, profissional de educação física e ginásios nos bairros para atender inclusive a terceira idade, dentre outros atendimentos, e que o conselho poderia visitar a cidade para verificar qual o método utilizado pela gestão para o bom funcionamento das unidades de saúde, e entender como funcionam as parcerias público-privadas existentes. Em tempo pergunta qual o convenio que a faculdade local possui com o município, ao que o Dr. Anderson de Melo responde que neste momento nenhum estudante de medicina faz estágio na cidade, somente em Búzios e Rio das Ostras. O Sr. Roberto cita outro programa de outra cidade vizinha Saquarema, que custeia a faculdade do aluno e ele fica com o compromisso de prestar serviços ao município por dois anos em contrapartida, o Dr. Anderson de Melo destaca que hoje Saquarema é a cidade mais rica do Brasil, e consegue fazer esse tipo de programa. O conselheiro Sr. Antônio Jorge pergunta por que o paciente precisa passar pelo clínico, não pode agendar direto uma consulta com o ortopedista por exemplo. O Dr. Anderson justifica que o paciente não detém conhecimento necessário para saber se sua necessidade é um ortopedista ou um reumatologia a por exemplo, ou se o próprio clínico consegue atender a necessidade do paciente, então o clínico realiza essa triagem. A conselheira Sra. Gabriela Gouveia questiona a existência de um programa de saúde do homem, que é um público que em geral tem dificuldade de ir ao médico de segunda a sexta, e que por consequência já chega no atendimento não mais na necessidade de prevenção, mas de tratamento, principalmente de pressão arterial e C.A., se não poderia haver aos sábados no PAM um dia de promoção social com um clínico para dar um atendimento a essa parte da população que tem essa dificuldade, distribuindo entre a população a informação desse atendimento, já que em sua maioria, os homens dispõem somente os fins de semana para poder se tratar. A conselheira Sra. Selma Alcântara informa que na cidade existe um profissional responsável pelo núcleo de saúde do homem, Sr. Adriano Giron, e que poderia ser convidado para uma próxima reunião no conselho e explicar o que pode ser feito para auxiliar nessa parte, as ações que pode realizar e etc. por ser um único servidor para este programa. A Sra. Elisângela Drumond destaca que a ong irá realizar algumas ações agora em fevereiro, o mês do PSA, onde o laboratório parceiro oferecerá o exame gratuitamente, já que a ong trabalha com a prevenção, e fará novamente essa parceria em agosto e em novembro. O conselheiro Sr. Manoel Jesus sugere que seja feito um mapeamento das entidades religiosas, ongs e demais órgãos sem vínculo com a prefeitura que realizam atendimentos médicos e que possa disponibilizar essa informação de forma mais ampla para a sociedade. Sem mais colocações, o presidente do conselho agradece a participação dos convidados e passa para o **Item 5 - Assuntos Gerais**, o Sr. Pedro Reimburg lembra que havia uma reunião agendada entre os Conselhos Municipais de Saúde da Baixa da Litorânea com o Ministério Público, com pauta peça orçamentária e demais custos dos conselhos, mas que a mesma foi adiada com data a ser informada. Informa também que em dezembro de 2025, o presidente acompanhado dos conselheiros Sr. Leonardo, Sra. Erica e do oficial administrativo Sra. Marcele, estiveram em uma solenidade no TCE-RJ, quem inicialmente havia sido divulgado como curso de capacitação, mas no evento, foi constatado que se tratava mais de uma solenidade de premiação em nível prata, ouro e diamante aos órgão municipais Prefeituras e Câmaras de Vereadores, que tiveram destaque na promoção da transparência em seus *Portais da Transparência* no ano de 2024, e que Araruama não obteve nenhum grau de qualificação. Em tempo, informa também que o conselho recebeu via processo, ofício solicitando o parecer da prestação de contas do ano de 2025, e foi respondido que o Conselho Municipal de Saúde não recebeu até a presente data nenhuma documentação inerente a prestação referente ao ano exercício citado, bem como nenhuma posição sobre o contador e a

secretária executiva para auxiliar nesse processo de análise de prestação de contas, e que o conselho tem o prazo até início de março para realizar este parecer que anda em conjunto com o DIGSUS. A conselheira Sra. Gabriela Gouveia, manifesta sua insatisfação com a resposta dada na reunião quanto a carga horaria e os atendimentos realizados pelos médicos, pois todos os profissionais são contratados para uma carga horaria x semanal, independente do cargo, e solicita que o conselho fiscalize e cobre a justificativa para o porquê do profissional médico ter a prerrogativa de não cumprir a carga horária, somente a agenda enquanto outros profissionais como psicólogos, dentistas, fisioterapeutas e demais, terem que cumprir agenda e horário. Sem mais, o presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião.

Pedro Reimburg
Presidente CMS/AR

Marcele da Silva Castro
Of. Administrativo